

**AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 3.233 MINAS GERAIS**

**RELATOR** : MIN. LUIZ FUX  
**AUTOR(A/S)(ES)** : ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PROC.(A/S)(ES)** : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**RÉU(É)(S)** : UNIÃO  
**PROC.(A/S)(ES)** : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

**AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA. CONFLITOS FEDERATIVOS FISCAIS E FINANCEIROS. BLOQUEIO DE RECURSOS DE ESTADO-MEMBRO. CONTRATOS DE FINANCIAMENTO. PROMOÇÃO DE DEBATE TÉCNICO E DEMOCRÁTICO SOBRE A QUESTÃO, CONFORME PACTUADO EM AUDIÊNCIA. FUNÇÃO CONCILIATÓRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO CORTE DA FEDERAÇÃO. CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA.**

**DECISÃO:** Trata-se de Ação Cível Originária que versa conflito federativo entre o Estado de Minas Gerais e a União, no qual se controverte sobre bloqueios de recursos empreendidos relativamente a contratos de créditos celebrados pelo Estado-autor. Em audiência de conciliação realizada em 28 de maio de 2019, as partes concordaram com a convocação de audiência pública, para a promoção de debate interinstitucional entre representantes da União e dos Estados-membros da Federação, no afã de que sejam prestados esclarecimentos técnicos sobre os conflitos federativos submetidos à jurisdição do Supremo Tribunal Federal.

Com efeito, a temática versada nessa ação, à similaridade de outras mais, reclama apreciação que ultrapassa os limites do estritamente jurídico, seja por sua complexidade, seja pela relevância constitucional e

ACO 3233 / MG

institucional, porquanto demanda abordagem técnica e interdisciplinar da matéria, atenta às nuances das repercussões práticas e econômicas que os conflitos federativos de ordem fiscal e financeira podem acarretar. Considera-se, assim, valiosa e necessária a realização de Audiência Pública sobre os diversos temas controvertidos nesta ação, bem como dos desdobramentos sobre temas conexos relativos ao federalismo fiscal brasileiro, de sorte que esta Corte possa ser municiada de informações imprescindíveis para o deslinde do feito, bem como para que o futuro pronunciamento judicial neste processo e em tais questões revista-se de maior qualificação constitucional e de adequada legitimação democrática.

Destaque-se que a oitiva de representantes da União e dos Estados-membros, não se destina a colher interpretações jurídicas dos textos constitucional ou legal, mas sim a esclarecer questões técnicas a respeito dos temas atinentes aos conflitos federativos de ordem financeira e fiscal discutidos nesse processo e submetidos à apreciação do Supremo Tribunal Federal, relativamente ao panorama fiscal da União e dos Estados e seus desdobramentos (*v.g.*: dívidas dos Estados; limites da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000 – para despesas com pessoal; operações de crédito e concessões de garantias).

*Ex positis*, nos termos do art. 932, VIII, do CPC e do art. 21, XVII, do Regimento Interno do STF, **convoco audiência pública** a ser realizada em **27 de junho de 2019, às 9h30min, na Sala de Sessões da Primeira Turma** conforme cronograma a ser oportunamente divulgado nos autos deste processo, iniciando-se pela exposição a ser realizada pelo Secretário do Tesouro Nacional, o Sr. Mansueto Almeida, sobre o “Panorama fiscal da União e dos Estados” pelo prazo máximo de 1h (uma hora), na linha do que acordado na audiência realizada em 28 de maio de 2019. Outros representantes da União, dos Estados-membros ou entidades com pertinência temática poderão manifestar intenção de participar e de indicar expositores mediante petições protocoladas nestes autos **até às 19:00 do dia 12 de junho de 2019**.

Dê-se ciência do teor desta decisão aos demais integrantes desta Egrégia Corte, assim como ao Estado de Minas Gerais, que, por ser parte

**ACO 3233 / MG**

no feito, deverá indicar a presença de seu ilustre Sr. Governador ou de seu respectivo representante.

Publique-se. Intimem-se e comuniquem-se com urgência.

Brasília, 5 de junho de 2019.

**Ministro LUIZ FUX**

**Relator**

*Documento assinado digitalmente*